

CORREIO POLÍTICO

Reuters/Folhapress



Presidente dos EUA, Joe Biden, em Manaus

EUA formalizam apoio à conservação da Amazônia

O governo dos Estados Unidos anunciou na manhã deste domingo (17) a consolidação de um pacote de ajuda a iniciativas de conservação da Amazônia, como parte de seu programa nacional de combate às mudanças climáticas. O presidente americano Joe Biden visitou Manaus neste domingo.

Foi a primeira visita de um presidente estadunidense à Amazônia no exercício do mandato, onde foram anunciados acordos bilaterais, marcando os 200 anos de relação mútua entre Brasil e Estados Unidos; ações em conjunto com ONGs e empresas, inclusive bancos brasileiros e atuação no apoio ao combate ao crime organizado, especialmente a ação ilegal em mineração e derrubada de árvores e o combate a incêndios florestais.

As ações, segundo o anúncio, são para “ajudar a acelerar os esforços globais para combater e reverter o desmatamento e implantar soluções baseadas na natureza que

reduzam as emissões, aumentem a biodiversidade e construam resiliência a um clima em mudança”.

Simbólica, a ação amplia o leque de iniciativas para o que a Casa Branca coloca como financiamento climático internacional, e se opõe a algumas posições públicas do presidente eleito Donald Trump, notório negacionista do impacto da ação humana sobre o clima.

Na nota sobre o pacote, o governo americano lembra que “desde o primeiro dia do governo Biden-Harris, a luta contra as mudanças climáticas tem sido uma causa definidora da liderança e da presidência do presidente Biden”.

A ação anunciada comemora a marca de US\$ 11 bilhões anuais garantidos para ações de conservação em todo o mundo, aumento alegado por Washington de seis vezes em relação ao orçamento para financiamento bilateral no começo do governo Biden.

Ricardo Stuckert / PR



Reunião aconteceu neste domingo, no Rio

Brasil e Itália discutem situação da Enel

Em encontro, neste domingo (17), com a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, que ocupa atualmente a presidência do G7, o presidente Lula reafirmou a aliança e a ligação profunda entre os dois países. Meloni destacou os 800 mil cidadãos italianos e 30 milhões de descendentes de italianos que vivem no Brasil, quase 20% da população brasileira. Segundo informações

do jornalista Guilherme Jeronymo, da Agência Brasil, a empresa Enel, que tem participação do governo italiano, foi um dos temas debatidos no Forte de Copacabana, e Lula pontuou a necessidade de melhoria nos serviços prestados pela concessionária, duramente criticados no último ano em São Paulo, onde ao menos três apagões atingiram a região metropolitana no período.

40 bi de euros

Meloni lembrou que as empresas italianas têm planos de investir no Brasil 40 bilhões de euros, reafirmando o interesse na atualização dos acordos de parceria e cooperação econômica entre os países, principalmente em desenvolvimento, transição energética e segurança alimentar.

Reunião

Participaram da reunião os ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira; da Fazenda, Fernando Haddad; da Casa Civil, Rui Costa; da Agricultura, Carlos Fávaro, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Também participou o assessor especial para assuntos internacionais Celso Amorim.

Gilmar Mendes vota a favor da liberdade de Robinho

Ex-jogador é condenado por estupro coletivo na Itália

Antonio Augusto/STF

Por Karoline Cavalcante

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou na última sexta-feira (15), a favor da liberdade do ex-jogador de futebol Robson de Souza, conhecido como Robinho, que foi condenado por estupro coletivo na Itália, por crime cometido em 2013.

Em sua justificativa, Gilmar entende que a Lei da Migração — que autoriza a transferência da execução de pena no estrangeiro para o Brasil — não pode ser aplicada retroativamente, já que a legislação é de 2017.

“Entendo que o art. 100 da Lei de Migração representa verdadeira novatio legis in pejus, circunstância que, na hipótese submetida a julgamento, afasta sua aplicação retroativa, a impedir que se acolha o pedido de homologação de sentença penal estrangeira para o fim de permitir a pretendida transferência de execução de pena em desfavor do paciente”, diz o voto do ministro.

Ele acrescenta ainda, que o seu parecer não tem qualquer juízo de valor acerca da decisão tomada pela justiça italiana “nem se volta a discutir a ocorrência, ou não, do delito imputado ao paciente”. Por fim, diz não questionar a punição.

O caso é relatado pelo ministro Luiz Fux, que afirmou não haver violação das regras de competência jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que validou a condenação imposta ao atleta.

“O STJ, no exercício de sua competência constitucional, deu cumprimento à Constituição e às leis brasileiras, aos acordos firmados por Brasil em matéria de cooperação internacional e às normas que regem a matéria, com especial



Atualmente, o placar está 4 a 1 para manter a prisão

atenção ao fato de o paciente ter respondido ao processo devidamente assistido por advogado de sua confiança e ter sido condenado definitivamente à pena de 9 anos de reclusão por crime de estupro”, disse Fux.

Atualmente, o placar está 4 a 1 para manter a prisão. Acompanharam o voto do relator os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. O julgamento acontece em plenário virtual e está previsto para finalizar no dia 26 de novembro.

Descaso

Em seu voto, a ministra Cármen Lúcia disse que a “impunidade pela prática desses crimes é mais que um descaso, é um incentivo permanente à continuidade desse estado de coisas de desumanidade e cinismo instalado contra todas as mulheres em todos os cantos do planeta”.

“Mulheres em todo o mun-

do são submetidas a crimes como o de que aqui se cuida, causando agravo de inegável intensidade a quem seja a vítima direta, e também a vítima indireta, que é toda e cada mulher do mundo, numa cultura, que ainda se demonstra desgraçadamente presente, de violação à dignidade de todas”, afirmou a magistrada.

Entenda o caso

Robinho foi condenado em 2017 pela justiça italiana a nove anos de prisão por um estupro coletivo ocorrido em 2013, em Milão, envolvendo uma mulher albanesa. A sentença foi tornada definitiva em 2022. Em 2023, foi homologada pelo STJ, que determinou o cumprimento imediato da pena no Brasil.

No entanto, a defesa do ex-jogador entrou com um habeas corpus alegando violação de princípios constitucionais brasileiros, pois a decisão do

STJ ainda estava sujeita a embargos de declaração e recurso extraordinário, o que impediria, na visão dos advogados, a execução imediata da pena. Além disso, também questionam a aplicação da Lei de Migração de 2017.

O caso está em análise no STF desde março de 2024, quando Fux negou o pedido para que ele aguardasse em liberdade o julgamento de recursos contra a decisão do STJ. Atualmente, Robson de Souza cumpre sua pena em regime fechado na penitenciária de Tremembé, no Vale do Paraíba, em São Paulo.

“Ou seja, se o habeas corpus não for aceito (se a ordem for denegada, como se diz tecnicamente), encerra-se a discussão e Robinho cumprirá os 9 anos de reclusão. Se for aceito, ele ficará em liberdade”, explica, ao Correio da Manhã, o advogado especialista em direito penal, Oberdan Costa.

Mauro Cid prestará novo depoimento à PF sobre fraudes

Lula Marques/Agência Brasil

O tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), prestará novo depoimento à Polícia Federal (PF) na próxima terça-feira, 19, em Brasília.

Cid é investigado em diversos casos, entre eles fraudes relacionadas à emissão de certificados de vacinação contra a covid-19, tentativa de golpe de Estado e a comercialização de joias e presentes recebidos por Bolsonaro de autoridades estrangeiras.

O depoimento faz parte do acordo de delação premiada firmado por Cid em setembro de 2023, após sua prisão no âmbito da Operação Venire, que apura a falsificação de dados nos sistemas do Ministério da Saúde.

A delação premiada de Cid, que pode garantir a ele benefícios como a possibilidade de responder aos processos em liberdade, está sendo monitorada de perto pela PF.

Caso a polícia descubra que Cid não cumpriu todas as condições acordadas, como a colaboração nas investigações, os benefícios poderão ser revogados. Mesmo assim, as informações fornecidas no acordo de delação permaneceriam válidas e poderiam ser utilizadas nas investigações.

O tenente-coronel foi preso pela primeira vez em 3 de maio



Militar pode perder benefícios da delação premiada

de 2023, sob suspeita de envolvimento nas fraudes no sistema de vacinação, que envolvia o uso de um esquema para inserir informações falsas nos registros do Ministério da Saúde.

O ex-ajudante de ordens permaneceu preso até setembro de 2023, quando firmou o acordo de delação e foi libertado por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, as investigações revelaram a participação de Cid em um esquema de tentativa de golpe de Estado. O grupo, do qual Cid faria parte, articulava estratégias para derrubar o governo eleito e tomar medidas

contra o Poder Judiciário.

Documentos e mensagens apreendidas no celular de Cid mostraram que, mesmo após a confirmação da integridade das urnas eletrônicas, o grupo planejaria questionar os resultados das eleições e disseminar informações falsas sobre a segurança do sistema eleitoral.

Em março de 2024, Cid foi preso novamente, desta vez por tentativa de obstruir as investigações e por descumprir as medidas cautelares impostas pela Justiça. Durante esse período, áudios de conversas privadas de Cid vazaram, revelando críticas ao ministro Alexandre de Moraes e acusando a Polícia Fede-

ral de pressioná-lo.

Após quase dois meses detido, Cid foi libertado em maio pelo STF, mas segue sendo investigado pelas autoridades.

O acordo de delação premiada de Cid foi revisado após o descumprimento das condições estabelecidas, mas o ministro Alexandre de Moraes decidiu mantê-lo válido.

A condição para a continuidade do acordo é que Cid não cometa novas infrações durante o processo de colaboração.

O conteúdo da delação de Cid inclui informações sobre as fraudes no sistema de vacinação, detalhes sobre a venda das joias recebidas por Bolsonaro e informações sobre o planejamento do golpe de Estado.

A colaboração de Cid também pode fornecer novos elementos para as investigações em andamento.

Enquanto isso, o ex-presidente Bolsonaro não é formalmente investigado no caso de fraude nos certificados de vacinação, mas sua administração segue sendo analisada pelas autoridades, à medida que novas informações surgem com os depoimentos e documentos relacionados às investigações.

As apurações também se concentram em outras questões, como a comercialização das joias e presentes recebidos por Bolsonaro, e o papel de Cid nesse esquema.